



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROVA DE CONHECIMENTO INTELECTO-PROFISSIONAL (PCIP) PARA O CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS (CHS 2022)



❖ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique** se:

- contém **100 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01** a **100**;
- a paginação está correta;
- caso contrário, solicite ao Fiscal da sala outro Caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **05 (cinco) horas** corridas. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- ❖ Ao receber o **FOLHA DE RESPOSTAS** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ Ainda na **FOLHA DE RESPOSTAS**, deverá ser indicado o tipo de Caderno de Questões, sob pena de ser eliminado.
- ❖ A **FOLHA DE RESPOSTAS** não pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **FOLHA DE RESPOSTAS** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o Caderno de Questões.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova, poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo Fiscal de sala e levar esse consigo.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas, bem como acompanhar conjuntamente com os fiscais de sala o fechamento e lacração do envelope de retorno das folhas de respostas e assinar um termo comprovando o ato.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao Fiscal, o Caderno de Questões e a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Fiscal, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ❖ Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato **NÃO PODERÁ UTILIZAR O BANHEIRO**.

PROVA C

NÃO ESQUEÇA DE MARCAR O
TIPOCORRESPONDENTE À SUA
PROVA NA FOLHA DE
RESPOSTAS!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I
ACHO QUE TOU

Luís Fernando Veríssimo

1	– Acho que tou – disse a Vanessa.
2	– Ai, ai, ai — disse o Cidão.
3	No entusiasmo do momento, os dois a fim e sem
4	um preservativo à mão, a
5	Vanessa tinha dito "Acho que dá". E agora aquilo.
6	Ela podia estar grávida.
7	Do "Acho que dá" ao "Acho que tou". A história
8	de uma besteira.
9	Mais do que uma besteira. Se ela estivesse
10	mesmo grávida, uma tragédia.
11	Tudo teria que mudar na vida dos dois. O
12	casamento estava fora de questão, mas não era só isso. A
13	relação dos dois passaria a ser outra. A relação dela com os
14	pais. Os planos de um e de outro. O vestibular dela, nem
15	pensar. O estágio dele no exterior, nem pensar. Ele não iria
16	abandoná-la com o bebê, mas a vida dele teria que dar uma
17	guinada, e ele sempre culparia ela por isto. Ela não saberia
18	como cuidar de um bebê, sua vida também mudaria
19	radicalmente. E se livrarem do bebê também era
20	impensável. Uma tragédia.
21	– Quando é que você vai saber ao certo?
22	– Daqui a dois dias.
23	Durante duas noites, nenhum dos dois dormiu.
24	No terceiro dia ela chegou correndo na casa dele, agitando
25	um papel no ar. Ele estava no seu quarto, adivinhou pela
26	alegria no rosto dela qual era a grande notícia.
27	— Não tou! Não tou!
28	Abraçaram-se, aliviados, beijaram-se com ardor,
29	amaram-se na cama do Cidão, e ela engravidou.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Mais comédias para ler na escola*. 1ª ed., Objetiva, Porto Alegre: 2008.

1. Assinale a alternativa correta quanto às normas gramaticais.

- A) Os alunos que estiveram aqui ontem, saíram de férias.
- B) Só pedia uma coisa dos filhos; que estudem muito.
- C) Deve haver pessoas mais sédulas na cidade.
- D) Me disseram que chegaria amanhã às oito horas.
- E) Sabemos onde ele foi ontem à noite.

2. A respeito do trecho: "Tudo teria que mudar na vida dos dois. O casamento estava fora de questão, mas não era só isso." (Linhas 11-12), assinale a alternativa correta.

- A) O termo "Tudo" é pronome demonstrativo.
- B) O sujeito do verbo "era" está oculto.
- C) O termo "casamento" é uma derivação imprópria.
- D) O verbo "mudar" está no presente do subjuntivo.
- E) No trecho, há apenas uma conjunção adversativa.

3. Ao ler o TEXTO I, pode-se aferir que

- A) no trecho "Se ela estivesse mesmo grávida seria uma tragédia" (Linhas 9-10), a forma verbal "estivesse" poderia ser substituído por "tivesse" sem prejuízo semântico.
- B) no trecho "nenhum dos dois dormiu" (Linha 23), o verbo dormir pode ser conjugado tanto no singular quanto no plural.
- C) o trecho "ele não iria abandoná-la com o bebê" (Linhas 15-16), poderia ser escrito também "ele não a abandonaria com o bebê" sem prejuízo às normas gramaticais.
- D) o trecho "amaram-se na cama do Cidão" (Linha. 29) pode ser reescrito "se amaram na cama do Cidão" sem prejuízo às normas gramaticais.
- E) o trecho "e sem um preservativo à mão" (Linhas 3-4), pode ser reescrito sem o acento de crase, visto que se trata de uma crase facultativa.

4. Nos trechos "Se ela **estivesse** mesmo grávida," (Linhas 9-10) e "Ele não **iria** abandoná-la com o bebê," (Linhas 15-16), os verbos, em destaque, estão conjugados, respectivamente,

- A) pretérito perfeito do indicativo e futuro do subjuntivo.
- B) pretérito mais que perfeito do indicativo e futuro do presente do indicativo.
- C) pretérito imperfeito do subjuntivo e pretérito perfeito do indicativo.
- D) pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo.
- E) pretérito perfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo.

5. Assinale a alternativa em que a crase é facultativa.

- A) O professor não falou nada relevante àquele aluno.
- B) À minha mãe não respondemos nada sobre o assunto.
- C) Visitaremos à Roma dos grandes imperadores.
- D) Próximo mês vou à um lugar muito especial.
- E) Às crianças não lhes faltará nada.

6. Assinale a alternativa em que a concordância verbo-nominal está correta.

- A) A namorada disse ao namorado: lhe amo muito!
- B) Todos nós aspiramos melhores condições de trabalho.
- C) Nunca se deve dizer que dessa água não beberemos.
- D) Eles sempre conseguiam aquilo que estavam a fim.
- E) Faziam muitos anos que não visitávamos meus pais.

7. Assinale a alternativa com um substantivo formado com um radical que significa "belo".

- A) Aristocracia.
- B) Dendrofilia.
- C) Etnologia.
- D) Caligrafia.
- E) Fitogenia.

8. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente.

- A) chícara, xote, chucro.
- B) jiboia, berinjala, néscio.
- C) cajú, sururu, champú.
- D) vexame, moxila, enxergar.
- E) rebuliço, paralisia, flexa.

9. Sobre o TEXTO I, podemos afirmar que

- A) Vanessa e Cidão planejavam os estudos e a carreira, em detrimento do casamento.
- B) Caso estivesse grávida, iriam planejar a relação da Vanessa com os pais do Cidão.
- C) Cidão assumiria Vanessa e o bebê, sem sentimento de culpa pela mudança de planos.
- D) O amor faria Vanessa ser uma boa mãe, aprendendo tudo sobre cuidados com o bebê.
- E) O casal desejava criar o filho, mas não descartavam a possibilidade de enviá-lo à adoção.

10. Observe as orações abaixo:

- I. As laranjas amadureceram rapidamente.
- II. Todas as crianças ficaram felizes no Natal.
- III. O voo de São Paulo decolou muito atrasado.

Assinale a alternativa com a correta classificação dos predicados.

- A) I - predicado verbal, II - predicado nominal, III - predicado verbo-nominal.
- B) I - predicado verbal, II - predicado verbal, III - predicado nominal.
- C) I - predicado nominal, II - predicado nominal, III - predicado verbo-nominal.
- D) I - predicado nominal, II - predicado verbal, III - predicado verbal.
- E) I - predicado verbal, II - predicado verbo-nominal, III - predicado nominal.

11. Assinale a alternativa em que há sujeito indeterminado.

- A) Compraram-se muitas casas naquela região.
- B) Os palestrantes falaram coisas interessantes.
- C) Precisa-se de mais colaboradores dedicados.
- D) Choveram elogios ao professor convidado.
- E) Estavam os estudantes todos reunidos.

12. O termo “plêiade” é o coletivo relativo a

- A) cães.
- B) anjos.
- C) bandidos.
- D) estrelas.
- E) poetas.

13. Assinale a alternativa com as normas gramaticais empregadas corretamente.

- A) Os artigos cinco e oito do novo decreto foram revogados.
- B) Apesar de ser amadora, a plebeia se achava sabichona.
- C) O papa João Paulo Primeiro vinha de uma família humilde.
- D) A menina comprou dois bens-te-vi e três quero-quero na feira.
- E) Os tratados eslavos-sinos-tibetanos foram assinados ontem na ONU.

14. Assinale a alternativa em que a frase está com a correlação verbal correta.

- A) Se o diretor não interferir tanto, a equipe fazia o trabalho com rapidez.
- B) Se o diretor não interferir tanto, a equipe faria o trabalho com rapidez.
- C) Se o diretor não interfere tanto, a equipe faria o trabalho com rapidez.
- D) Se o diretor não interferisse tanto, a equipe faria o trabalho com rapidez.
- E) Se o diretor não interferisse tanto, a equipe faz o trabalho com rapidez.

15. Assinale a alternativa com os termos acentuados pela mesma regra do termo “solitário”.

- A) Saúva, túneis, íterim.
- B) Cútis, dúvida, hermenêutico.
- C) Sótão, amável, bárbaro.
- D) Amônia, jóquei, vácuo
- E) Náilon, pônei, biquíni.

16. Assinale a alternativa em que há dois superlativos absolutos sintéticos conforme a ortografia oficial.

- A) Generalérrimo, geralíssimo.
- B) Sabérrimo, sabiíssimo.
- C) Paupérrimo, pobréssimo.
- D) Voracérrimo, voracíssimo.
- E) Nigérrimo, negríssimo.

17. Observe as orações abaixo:

- I. Não existiam funcionários escalados para aquele dia.
- II. Iremos ao jantar após os trabalhos concluídos.
- III. Houve muita euforia por parte dos ganhadores.

Assinale a alternativa com a correta classificação dos sujeitos.

- A) I - sujeito simples, II - oração sem sujeito, III - sujeito composto.
- B) I - sujeito composto, II - sujeito indeterminado, III - sujeito oculto.
- C) I - sujeito indeterminado, II - oração sem sujeito, III - sujeito composto.
- D) I - sujeito composto, II - sujeito oculto, III - sujeito indeterminado.
- E) I - sujeito simples, II - sujeito oculto, III - oração sem sujeito.

18. Assinale a alternativa correta quanto às normas gramaticais.

- A) Dia à dia me chamavam para realizar novos trabalhos.
- B) A consciência ambiental lhes era muito importante.
- C) Foram aceitadas sanções comerciais àquele país.
- D) Os trabalhadores assistiram à uma palestra motivacional
- E) A concorrente ficou meia chateada ao final da entrevista.

19. Assinale a alternativa com a forma verbal correta.

- A) Quando me trouxeram a permissão poderão entrar.
- B) Se todos mantermos nossas convicções, progrediríamos.
- C) Todos os convidados se entretiam com as brincadeiras.
- D) Os alunos se proporam a ajudar naquele projeto pioneiro.
- E) O garoto sempre passeiava com seu cachorro diariamente.

20. Verifique as assertivas abaixo:

- I. Os termos: “arcebispo”, “pontapé” e “refresco” são formados por Derivação Prefixal.
- II. Os termos: “barbado”, “pizzaria” e “riacho” são formados por Derivação Sufixal.
- III. Os termos: “ajudar”, “chorar” e “pescado” são formados por Derivação Regressiva.
- IV. Os termos: “biólogo”, “girassol” e “guarda-roupa” são formados por Composição por Justaposição.
- V. Os termos: “fidalgo”, “pólio” e “pernilongo” são formados por Composição por Aglutinação.
- VI. Os termos: “autoclave”, “miaus” e “pornografia”, são formados por meio de Hibridismo.

Assinale a alternativa com as assertivas corretas.

- A) Assertivas I, II e III.
- B) Assertivas I, III e VI.
- C) Assertivas II, IV e V.
- D) Assertivas II, III e IV.
- E) Assertivas III, IV e V.

CONHECIMENTO TÉCNICO-POLICIAL

21. Dentre outros conceitos, o Decreto Federal nº 88.777/83 define que a Grave Perturbação ou Subversão da Ordem:

- A) Corresponde a todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública, que por sua, natureza, origem, amplitude, potencial e vulto superem a capacidade de condução das medidas preventivas e repressivas tomadas pelos Governos Estaduais.
- B) Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas.
- C) Grau de autoridade atribuído à Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública para acompanhar a execução das ações de manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares, de forma a não permitir desvios do planejamento e da orientação pré-estabelecidos, possibilitando o máximo de integração dos serviços policiais das Unidades Federativas.
- D) Representa eventos isolados que sejam de natureza tal que, a critério do Governo Estadual, possam vir a comprometer a integridade nacional, o livre funcionamento de poderes constituídos, a lei, a ordem e a prática das instituições.
- E) É o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.

22. A Convenção Contra a Tortura contém disposições que enfatizam a responsabilidade pessoal dos encarregados da aplicação da lei - e novamente confirma que não se podem usar como justificativa de tortura ordens superiores ou circunstâncias excepcionais. Nesse cenário e à luz da obra *Para servir e proteger: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário* para as Forças Policiais e de Segurança Pública. 4. ed., está correto o que se afirma em:

- A) A proibição da tortura faz parte do direito internacional humanitário.
- B) Um caso de emergência pública que ameace a vida das nações permite uma derrogação da proibição da tortura.
- C) Não há situações em que a tortura pode ser legal, mas existem possibilidades para uma defesa legal, com êxito, de atos de tortura.
- D) Os Estados signatários da CCT são exortados a incluir a proibição da tortura nos currículos de formação dos encarregados da aplicação da lei (CCT, artigo 10.0- 1) assim como as regras ou instruções relativas ao cumprimento de seus deveres e funções
- E) A proibição da tortura é absoluta e só abre exceções em períodos de guerra declarada.

23. O CCEAL – Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei tem como função prioritária:

- A) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem aplicar meios não violentos antes de recorrer ao uso da força e armas de fogo. O recurso às mesmas só é aceitável quando os outros meios se revelarem ineficazes ou incapazes de produzirem o resultado pretendido.
- B) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer.
- C) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei que tenham de trazer consigo armas de fogo só devem receber autorização para fazê-lo após terem completado o treino necessário relativamente ao uso de tais armas.
- D) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei evitar o uso da força, ou quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário.
- E) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem assegurar que o uso arbitrário ou abusivo da força e de armas de fogo por responsáveis pela aplicação da lei seja punido como delito criminal, de acordo com a legislação em vigor.

24. Conforme as disposições gerais do PBUFAF (Princípios Básicos sobre Uso da Força e das Armas de Fogo), sempre que o uso legítimo da força e de armas de fogo for inevitável, os responsáveis pela aplicação da lei deverão:

- A) Assegurar que qualquer indivíduo ferido ou afetado receba assistência e cuidados médicos, se for possível.
- B) Certificar a eficiência da atuação policial independentemente da previsão legal.
- C) Garantir que os familiares ou amigos íntimos da pessoa ferida ou afetada sejam notificados somente se for possível.
- D) Exercer moderação no uso de tais recursos e agir na proporção da gravidade da infração e do objetivo legítimo a ser alcançado.
- E) Maximizar danos e ferimentos, bem como respeitar e preservar a vida humana.

25. Na Portaria Interministerial nº 4.226/2010, a seleção apropriada do nível de uso da força em resposta a uma ameaça real ou potencial visando limitar o recurso a meios que possam causar ferimentos ou mortes é o conceito de:

- A) Uso especializado da força.
- B) Uso seletivo da força.
- C) Uso diferenciado da força.
- D) Uso progressivo da força.
- E) Uso recomendado da força.

26. Quanto ao Policiamento de indivíduos sob custódia ou detenção, o PBUFAF (Princípios Básicos sobre Uso da Força e das Armas de Fogo) afirma que:

- A) Ao lidarem com indivíduos sob custódia ou detenção, os responsáveis pela aplicação da lei farão uso da força, sempre que for necessário para manter a segurança e a ordem na instituição, mesmo quando não existir ameaça à segurança pessoal.
- B) Os responsáveis pela aplicação da lei deverão identificar-se como tais e avisar prévia e claramente a respeito da sua intenção de recorrer ao uso de armas de fogo, com tempo suficiente para que o aviso seja levado em consideração, a não ser quando tal procedimento represente um risco indevido para os responsáveis pela aplicação da lei ou acarrete para outrem um risco de morte ou dano grave, ou seja claramente inadequado ou inútil dadas às circunstâncias do caso.
- C) Na formação profissional dos responsáveis pela aplicação da lei, os governos e organismos encarregados da aplicação da lei devem dedicar atenção especial às questões de ética policial e direitos humanos, especialmente durante o processo de investigação; a alternativas ao uso da força e armas de fogo, incluindo a solução pacífica de conflitos, a compreensão do comportamento das multidões e os métodos de persuasão, negociação e mediação, bem como os meios técnicos, destinados a limitar o uso da força e armas de fogo. Os órgãos encarregados da aplicação da lei devem rever os seus programas de treinamento e procedimentos operacionais à luz de eventuais incidentes concretos.
- D) Os princípios não prejudicam os direitos, deveres e responsabilidades dos funcionários das prisões, mas substituem o estabelecido nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros.
- E) Ao lidarem com indivíduos sob custódia ou detenção, os responsáveis pela aplicação da lei não farão uso de armas de fogo, exceto em legítima defesa ou em defesa de outrem contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave, ou quando for estritamente necessário para impedir a fuga de indivíduo sob custódia ou detenção que represente perigo.

27. Ter confiança nas pessoas que estão na linha de frente da atuação policial, confiar no seu discernimento, sabedoria, experiência e, sobretudo, na formação que recebeu. Isso propiciará abordagens mais criativas para os problemas contemporâneos da comunidade é o conceito que exemplifica o Princípio da _____:

- A) Ajuda às pessoas com necessidades específicas
- B) Filosofia e estratégia organizacional
- C) Criatividade e apoio básico
- D) Mudança interna
- E) Ética, legalidade, responsabilidade e confiança

28. Conforme o Anexo II da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, está correto o que se afirma em:

- A) Princípio da Necessidade: O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força.
- B) Princípio da Proporcionalidade: Os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.
- C) Princípio da Moderação: O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.
- D) Princípio da Legalidade: Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.
- E) Princípio da Conveniência: A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.

29. Quanto às premissas básicas de aplicação da lei, previstas na obra *Para servir e proteger: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as Forças Policiais e de Segurança Pública*. 4. ed., de Cees de Rover, está correto o que se afirma em:

- A) A ética de grupo pode ser vista como um conjunto de normas codificadas do comportamento dos praticantes de uma determinada profissão. As profissões médicas e legais, como se sabe, possuem tal código de ética de grupo com padrões relativamente parecidos em todos os países do mundo.
- B) O fator humano na aplicação da lei não deve se limitar pela necessidade da legalidade e a ausência de discricionariedade. Neste sentido, os encarregados da aplicação da lei devem desenvolver atitudes e comportamentos pessoais que os façam desempenhar suas tarefas de uma maneira correta.
- C) A ética de grupo está necessariamente ligada a uma qualidade moral melhor ou pior do que a ética pessoal do indivíduo, ou vice-versa.
- D) A ética pessoal refere-se à moral, valores e crenças do indivíduo. É inicialmente a ética pessoal do indivíduo encarregado da aplicação da lei, que vai decidir o curso e tipo de ação a ser tomada em uma dada situação. Ética pessoal pode ser positiva ou negativamente influenciada por experiências, educação e treinamento.
- E) A pressão do grupo não corresponde a um instrumento de moldagem para a ética pessoal do indivíduo encarregado da aplicação da lei.

30. O CCEAL – Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei apresenta linhas gerais que servem de base para os diversos diplomas legais e regulamentos que versam sobre a conduta adequada dos policiais e demais agentes da lei. De acordo com o próprio CCEAL, está correto o que se afirma em:

- A) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei que tiverem motivos para acreditar que houve ou que está para haver uma violação do CCEAL, devem comunicar o fato aos seus superiores, mas nunca devem envolver outras autoridades competentes ou órgãos com poderes de revisão e reparação.
- B) Qualquer dos agentes da lei pode invocar ordens superiores ou circunstâncias excepcionais, tais como o estado de guerra ou uma ameaça de guerra, ameaça à segurança nacional, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para torturas ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.
- C) Sempre que necessário, o funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura ou qualquer outro tratamento ou pena cruel, desumano ou degradante.
- D) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar a lei e devem também, na medida das suas possibilidades, evitar opor-se com rigor a quaisquer violações da lei sem que sejam devidamente empenhados.
- E) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda e, em especial, devem adotar medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos, sempre que necessário.

31. Conforme disposições gerais do PBUFAF (Princípios Básicos sobre Uso da Força e das Armas de Fogo), as normas e regulamentos sobre o uso de armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação da lei deverão incluir diretrizes que:

- A) Especifiquem as circunstâncias nas quais os responsáveis pela aplicação da lei estão autorizados a trazer consigo armas de fogo e determinem os tipos de armas e munições permitidas.
- B) Garantam que as armas de fogo sejam usadas em quaisquer circunstâncias e de modo a assegurar o dano necessário.
- C) Autorizem o uso de armas de fogo e munições que causem ferimentos injustificáveis ou representem riscos injustificáveis.
- D) Regulamentem a aquisição, o controle, o armazenamento e a distribuição de armas de fogo, o que deverá incluir procedimentos para assegurar que os responsáveis pela aplicação da lei sejam considerados responsáveis pelas armas de fogo e munições a eles confiadas.
- E) Sempre providenciem avisos quanto aos disparos de armas de fogo.

32. De acordo com o Decreto Federal nº 88.777/83, a Polícia Militar poderá ser convocada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- A) Em caso de guerra interna.
- B) Para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção.
- C) Nos casos de calamidade pública declarada pelo Governo Estadual.
- D) No estado de sítio, de acordo com diretrizes especiais baixadas pelo Governo do Estado.
- E) No estado de defesa, de acordo com diretrizes especiais baixadas pelo Presidente da República.

33. A Portaria Interministerial nº 4.226/2010 estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Com isso em mente, assinale a alternativa correta:

- A) O Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública terão 180 (cento e oitenta dias) dias para adequar seus procedimentos operacionais e seu processo de formação e treinamento às diretrizes supramencionadas.
- B) O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Ministério da Justiça estabelecerão mecanismos para estimular e monitorar iniciativas que visem à implementação de ações para efetivação das diretrizes tratadas nesta portaria pelos entes federados, respeitada a repartição de competências prevista no art. 144 da Constituição Federal.
- C) A observância das diretrizes mencionadas passa a ser obrigatória pelo Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública.
- D) A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça levará em consideração a inobservância das diretrizes tratadas nesta portaria no repasse de recursos aos entes federados.
- E) O Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública terão 30 (trinta) dias, para instituir Comissão responsável por avaliar sua situação interna em relação às diretrizes não mencionadas nos parágrafos anteriores e propor medidas para assegurar as adequações necessárias.

34. Na obra Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, Robert Trojanowicz (1994) faz uma definição clara do que é Polícia Comunitária: É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- A) Na prática Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) difere do Policiamento Comunitário (ação de policiar junto à comunidade).
- B) Na prática Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) se assemelha ao Policiamento Comunitário (ação de policiar junto à comunidade), pois um não existe sem o outro.
- C) O Polícia Comunitária é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.
- D) Polícia Comunitária é uma atitude do cidadão, aparece a serviço da comunidade e não fica esperando o policial agir como uma força.
- E) A ideia central do Policiamento Comunitário reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico, um advogado local; ou um comerciante da esquina; enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial.

35. Conforme previsto e regulado pela Portaria Interministerial nº 4.226/2010, os órgãos de segurança pública deverão editar atos normativos disciplinando o uso da força por seus agentes, definindo objetivamente:

- A) Os tipos de instrumentos e técnicas não autorizadas para uso policial.
- B) As circunstâncias técnicas adequadas à sua utilização, ao ambiente/entorno e ao risco potencial a terceiros não envolvidos no evento.
- C) O conteúdo e a carga horária máxima para habilitação e atualização periódica ao uso de cada tipo de instrumento.
- D) A autorização de uso de armas de fogo e munições que provoquem lesões necessárias e risco justificado.
- E) A responsabilidade pela compra de armas e munições pelo agente de segurança pública.

36. Cees de Rover afirmou, na obra *Para servir e proteger: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as Forças Policiais e de Segurança Pública*. 4. ed., que os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (P.B.U.F.A.F.) foram adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990. Diante disso, está correto o que se afirma em:

- A) Feitos para constituir um tratado, o instrumento tem como objetivo proporcionar normas orientadoras aos Estados-membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado dos encarregados da aplicação da lei.
- B) Os governos não devem ser encorajados a manter sob constante escrutínio as questões éticas associadas ao uso da força e armas de fogo, pois tal decisão é de competência das organizações de segurança pública.
- C) Os princípios estabelecidos no instrumento devem ser levados em consideração e respeitados pelos governos no contexto da legislação e da prática nacional; e levados ao conhecimento dos encarregados da aplicação da lei, assim como de magistrados, promotores, advogados, membros do executivo, do legislativo e do público em geral.
- D) Falta a devida ênfase à eminência do trabalho de manutenção de ordem pública e paz social; assim como à importância das qualificações, treinamento e conduta dos encarregados da aplicação da lei.
- E) Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei devem assegurar-se de que todos os encarregados da aplicação da lei sejam selecionados por meio de processos adequados de seleção, independentemente de terem a aptidão para o desempenho de suas funções verificado periodicamente.

37. Conforme prescreve e regula o Decreto Federal nº 88.777/83, o conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial militar pronta para emprego imediato é chamado de:

- A) Aprestamento.
- B) Assessoramento.
- C) Apoio militar.
- D) Administração militar.
- E) Adestramento.

38. Na obra *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária*, a filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas corresponde ao conceito de:

- A) Ética de polícia.
- B) Policiamento comunitário.
- C) Polícia comunitária.
- D) Filosofia comunitária.
- E) Segurança cidadã.

39. Conforme disposições específicas do PBUFAF (Princípios Básicos sobre Uso da Força e das Armas de Fogo), está correto o que se afirma em:

- A) Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei cuidarão para que todo o pessoal responsável pela aplicação da lei seja selecionado por meio de processos adequados de seleção, pouco importando as qualidades morais, psicológicas e físicas adequadas ao exercício efetivo de suas funções e seja submetido à formação profissional contínua e meticulosa. A continuidade da aptidão desse pessoal para o desempenho das respectivas funções deve ser verificada periodicamente.
- B) Os indivíduos afetados pelo uso de armas de fogo devem ter direito a um inquérito independente, que substituirá um processo judicial. Em caso de morte desses indivíduos, a presente disposição aplicar-se-á de forma correspondente aos seus dependentes.
- C) Ao dispersar grupos ilegais mas não violentos, os responsáveis pela aplicação da lei deverão evitar o uso da força, ou quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário.
- D) Como todos têm o direito de participar de reuniões legítimas e pacíficas, de acordo com os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, os governos, entidades e os responsáveis pela aplicação da lei deverão reconhecer que a força e as armas de fogo podem e devem ser usadas sempre que necessárias.
- E) Os responsáveis pela aplicação da lei usarão armas de fogo contra pessoas, sempre que for necessário, conforme avaliação operacional prévia, sendo automaticamente protegidos pela legítima defesa própria ou de outrem contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave.

40. Conforme o Decreto Federal nº 88.777/83, está correto o que se afirma em:

- A) A fiscalização e o controle do ensino e da instrução pelo Comando do Exército serão exercidos pelo Estado-Maior do Exército, mediante a verificação de diretrizes, planos gerais, programas e outros documentos periódicos, elaborados pelas Secretarias da Segurança Pública.
- B) O ensino nas Polícias Militares orientar-se-á no sentido da destinação funcional de seus integrantes, por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, com vistas, prioritariamente, à Segurança Pública.
- C) O ensino e a instrução nas Polícias Militares serão orientados, coordenados e controlados pelo Comando do Exército, por intermédio da Inspeção Geral das Polícias Militares, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos.
- D) As características e as dotações de material bélico de Polícia Militar serão fixadas pelo Ministério da Justiça, mediante proposta do Estado-Maior do Exército.
- E) A aquisição de embarcações, cuja existência e uso possam ser facultados às Polícias Militares, para melhor desempenho de suas atribuições específicas, bem como suas características, será sujeita à aprovação pelo Ministério da Defesa.

41. A Portaria Interministerial nº 4.226/2010 prescreve que os agentes de segurança pública deverão preencher um relatório individual todas as vezes que dispararem arma de fogo e/ou fizerem uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, ocasionando lesões ou mortes. Baseando-se nisso, assinale a alternativa correta quanto à composição do relatório:

- A) O relatório deverá ser encaminhado ao comando ou chefia da organização e deverá conter no mínimo a quantidade de agentes de segurança pública feridos, incapacitados ou mortos na ocorrência, meio utilizado e natureza da lesão; número total de feridos, incapacitados e/ou mortos durante a missão.
- B) O relatório deverá ser encaminhado à comissão de controle externo e deverá conter no mínimo a quantidade de feridos e/ou mortos atingidos pelos disparos efetuados pelo(s) agente(s) de segurança pública e o número de feridos e/ou mortos atingidos pelos instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados pelo(s) agente(s) de segurança pública.
- C) O relatório deverá ser encaminhado ao comando ou chefia da organização e deverá conter no mínimo ações realizadas para dificultar a assistência e/ou auxílio médico, quando for o caso; e se houve preservação do local e, em caso negativo, apresentar justificativa.
- D) O relatório deverá ser encaminhado à comissão interna e deverá conter no mínimo as medidas adotadas antes de efetuar os disparos/usar instrumentos de menor potencial ofensivo, ou as razões pelas quais elas não puderam ser contempladas; tipo de arma e de munição, quantidade de disparos efetuados, distância e pessoa contra a qual foi disparada a arma.
- E) O relatório deverá ser encaminhado à comissão de controle externo e deverá conter no mínimo as circunstâncias e justificativa que levaram o uso da força ou de arma de fogo por parte do agente de segurança pública.

42. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 88.777/83, está **incorreto** o que se afirma em:

- A) A atividade policial militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas das Polícias Militares, denominada carreira policial militar.
- B) A promoção por ato de bravura, em tempo de paz, obedecerá às condições estabelecidas na legislação da Unidade da Federação.
- C) O acesso para as praças especialistas músicos será regulado em legislação própria.
- D) Os policiais militares na reserva poderão ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador da Unidade da Federação, quando se fizer necessário o aproveitamento de conhecimentos técnicos e especializados do policial militar.
- E) O policial militar designado terá os direitos e deveres dos da ativa de igual situação hierárquica, exceto quanto à promoção, a que não concorrerá, e contará esse tempo de efetivo serviço.

43. Com base nos conceitos apresentados no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, assinale a alternativa que complementa corretamente a afirmação: “Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los”.

- A) Ao tentar implantar este modelo, governo e líderes da sociedade sempre duvidaram que esta pudesse ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela segurança pública, isto é, à medida que se abrem para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quanto puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações.
- B) A Polícia Comunitária ataca a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz não incumbem apenas à polícia, mas também a todos os cidadãos.
- C) Se admitirmos como falsa a premissa de que a participação do cidadão na sua própria segurança aumenta a segurança do mesmo e contribui para diminuir o medo do crime.
- D) A cultura brasileira abraça o espírito comunitário. Somos individualistas e paternalistas, o que facilita qualquer esforço de participação da comunidade na solução de problemas.
- E) Compete ao Poder Público (Federal, Estadual e Municipal) incentivar e promover os modos de esta articulação de fazer-se de forma produtiva, posto que, agindo autonomamente, essas comunidades poderão sucumbir à tentação de querer substituir o Estado no uso da força, acarretando o surgimento de grupos de justicamentos clandestinos e a proliferação de calúnia, da difamação e da delação.

44. Para uma implantação do sistema de Policiamento Comunitário é necessário que todos na instituição conheçam os seus princípios, praticando-os permanentemente e com total honestidade de propósitos. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a um dos dez princípios do Policiamento Comunitário contidos na obra Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária:

- A) Policiamento centralizado e personalizado.
- B) Mudança externa.
- C) Resolução preventiva de problemas a curto e em longo prazo.
- D) Comprometimento da comunidade com a concessão de poder à organização policial.
- E) Extensão do mandato dos políticos municipais.

45. Nas missões de manutenção da ordem pública, decorrentes da orientação e do planejamento do Órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades Federativas, são autoridades competentes, para efeito do planejamento e execução do emprego das Polícias Militares:

- A) Os Secretários de Segurança Pública e, por delegação destes, os Comandantes-Gerais.
- B) Os Comandantes-Gerais e, por delegação destes, os Comandantes Regionais, quando for o caso.
- C) Os governadores e, por delegação destes, os Secretários de Segurança Pública.
- D) Os Secretários de Segurança Pública e, por delegação destes, os Comandantes de Unidades e suas frações, quando for o caso.
- E) Os Comandantes-Gerais e, por delegação destes, os Comandantes de Unidades e suas frações, quando for o caso.

LEGISLAÇÃO DA PMES

46. Conforme previsto na Lei Complementar nº 911/19, para se inscrever no processo de seleção do CHS ou CAS, o militar estadual deve, na data de encerramento das alterações, atender aos seguintes requisitos:

- A) Ser Cabo com no mínimo 1 (um) ano de interstício nessa graduação e no mínimo 10 (dez) anos de efetivo serviço para o CHS, e ser 1º Sargento para o CAS.
- B) Estar apto para o serviço, comprovado em teste de aptidão física na forma da legislação castrense.
- C) Estar na condição de desertor, desaparecido, extraviado ou ausente, conforme legislação vigente.
- D) Estar cumprindo pena privativa de liberdade por sentença condenatória transitada em julgado ou por improbidade administrativa dolosa.
- E) Estar em gozo de licença para tratar de interesse particular.

47. Conforme disposto na Lei Estadual nº 3.196/78, o/a _____ e o/a _____ são a base institucional da Polícia Militar. O/A _____ e o/a _____ crescem com o grau hierárquico. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas:

- A) autoridade – serviço – dever – responsabilidade.
- B) hierarquia – autoridade – disciplina – dedicação.
- C) serviço – dever – administração – dedicação.
- D) autoridade – responsabilidade – hierarquia – disciplina.
- E) hierarquia – disciplina – autoridade – responsabilidade.

48. De acordo com o previsto e regulado pela Lei Complementar nº 911/19, a avaliação da capacidade fisiológica do militar estadual para o exercício das funções exigidas, verificada por meio de exames específicos definidos pela Junta Militar de Saúde – JMS é chamada de:

- A) Inspeção de saúde.
- B) Avaliação de Saúde.
- C) Avaliação psicossocial.
- D) Processo toxicológico.
- E) Inspeção toxicológica.

49. Por força da Lei Estadual nº 2.701/72, são considerados dependentes do policial militar, desde que vivam às suas expensas, sob o mesmo teto, e quando expressamente declarados na OPM:

- A) esposa e madrastas viúvas, separadas ou desquitadas, desde que recebam remuneração.
- B) filha(s) e enteada(s) solteiras, viúvas, desquitadas ou separadas, sem economia própria; que não recebam remuneração;
- C) filho(s) e enteados até vinte e um anos, mesmo que percebam remuneração, mas estejam matriculados em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
- D) pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica, no mínimo, há sete anos, comprovados mediante justificação judicial.
- E) avós, pais, filho, irmão e irmã.

50. De acordo com o que se vê na Lei Estadual nº 3.196/78, o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida, bem como o civismo e o culto das tradições históricas, dentre outras disposições, refletem:

- A) A ética policial militar.
- B) A manifestação essencial da disciplina policial militar.
- C) O valor policial militar.
- D) O compromisso policial militar.
- E) O dever policial militar.

51. A Lei Estadual nº 2.701/72 regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo. Conforme nela disposto, está correto o que se afirma em:

- A) Comandante é o título específico dado ao oficial do serviço ativo do Exército ou da Polícia Militar, comissionado ou não, com procedência hierárquica e autoridade plena de administração geral sobre todos os integrantes da Corporação.
- B) Encargo é o conjunto de atribuições definidas por lei, regulamento ou ato de qualquer autoridade competente e cometidas, em caráter permanente ou não, ao policial militar.
- C) Comandante Geral é o título genérico dado ao policial militar, correspondente ao de Diretor, Chefe ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquela que, investido de autoridade decorrente de leis e regulamentos, for responsável pela administração, instrução e disciplina de uma Organização Policial Militar.
- D) Organização Policial Militar (OPM) é a denominação genérica dada a corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou a qualquer outra unidade administrativa, tática ou operativa da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
- E) Cargo, Função ou Comissão é a missão ou atribuição de serviço cometida a um policial militar.

52. Indenização é o quantitativo em dinheiro, isento de qualquer tributação, devido ao policial militar para ressarcimento de despesas decorrentes de obrigações impostas para o exercício de cargo, comissão, função, encargo ou missão, bem como compensar os/as _____ de que trata o artigo 52 da Lei Estadual nº 2.701/72. Assinale o termo que completa corretamente a sentença:

- A) diárias e ajudas de custo.
- B) despesas orgânicas.
- C) desgastes orgânicos.
- D) custos fixos de moradia e transporte.
- E) despesas extemporâneas.

53. Quanto aos critérios para as promoções, assim definidos na Lei Complementar nº 911/19, assinale a alternativa correta:

- A) Os militares estaduais serão, anualmente, relacionados por postos e graduações na ordem de antiguidade, dentro dos seus respectivos quadros e qualificações, neles permanecendo até a passagem para a inatividade.
- B) Os recursos deverão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação do ato no respectivo boletim e os Comandantes de cada OPM terão prazo de até 20 (vinte) dias úteis para julgar o recurso, não cabendo novo recurso da decisão proferida.
- C) O militar estadual que se sentir prejudicado por ato administrativo intrínseco à promoção poderá, justificando os motivos, recorrer ao Comandante de sua OPM, conforme o caso.
- D) Antiguidade consiste no conjunto de valores meritórios, pessoais, morais, acadêmicos e profissionais do militar estadual, expressamente definidos nesta Lei Complementar, evidenciados na ATDP, que serão utilizados para a fixação de critérios de diferenciação em sua ascensão funcional.
- E) Merecimento consiste na posição ocupada pelo militar estadual no seu posto ou graduação, definida após a sua última promoção e considerado o tempo de efetivo serviço.

54. A Lei Complementar nº 533/2009 define que as _____ são órgãos de direção setorial, organizados sob forma de sistema e se destinam à gestão, planejamento, supervisão, _____, controle e fiscalização das atividades relacionadas às políticas de recursos humanos, tecnologia e logística, finanças, ensino, instrução e pesquisa, _____ e _____, por meio de diretrizes e ordens. Sendo assim, está correto o que se afirma em:

- A) Organizações – comando – persecução penal – inteligência.
- B) Diretorias – comando – saúde – trânsito.
- C) Diretorias – coordenação – esportes – saúde.
- D) Organizações – legislação – inteligência – saúde.
- E) Diretorias – coordenação – inteligência – saúde.

55. Fica instituída, nos termos da Lei Complementar nº 420/2007, a modalidade de remuneração por subsídio para os militares do Estado do Espírito Santo, em observância ao disposto no § 9º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- A) O subsídio dos militares será fixado por lei, em parcela única, autorizado apenas o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação ou outra espécie remuneratória, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.
- B) A escala de serviço extra será organizada e fixada pelos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, em jornada mínima de 8 (oito) horas, observando a necessidade efetiva de serviço extra e as limitações legais impostas.
- C) O cálculo do valor do serviço extraordinário será o resultado da divisão do valor do subsídio individual por 144 (cento e quarenta e quatro), multiplicado pelas horas da escala efetivamente prestada, acrescido de 50% (cinquenta por cento), nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.
- D) O serviço extraordinário dependerá da efetiva prestação de serviço, em atividade fim de polícia e de bombeiro militar, condicionado à escala prévia de serviço extra.
- E) A escala de serviço extra se incorpora aos proventos de inatividade e incide previdência, além de ser limitado a 24 (vinte e quatro) horas mensais para os Policiais e Bombeiros Militares.

56. De acordo com a Lei Complementar nº 420/2007, são causas que resultam na incapacidade definitiva, **exceto**:

- A) Acidente em serviço.
- B) Ferimento recebido em operações das Forças Armadas, relativas às atividades de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro.
- C) Tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, síndrome da imunodeficiência adquirida, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada.
- D) Ferimento recebido em operações militares, relativas às atividades de polícia militar e de bombeiro militar, ou doença contraída nessa situação, ou que nela tenha sua causa eficiente, doença, moléstia ou enfermidade adquirida, com relação de causa a condições inerente ao serviço.
- E) Acidente ou doença, moléstia ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço.

57. Sobre as promoções existentes na Lei Complementar nº 911/19, assinale a alternativa correta:

- A) A promoção por incapacidade definitiva é aquela que visa expressar o reconhecimento do Estado à Praça ou ao Oficial lesionado gravemente no cumprimento do dever ou em consequência disto, desde que, à época da lesão.
- B) A promoção por ressarcimento de preterição tem por objetivo reparar situação, determinada na esfera judicial, que tenha sobrestado a ocorrência da promoção a que o militar estadual teria direito.
- C) Tem direito à promoção pelo critério de merecimento, existindo vaga, o militar estadual mais antigo dentre os que integram o quadro de acesso.
- D) Tem direito à promoção pelo critério de antiguidade, existindo vaga, o militar estadual que possua o maior número de pontos dentre os que integram o quadro de acesso.
- E) A promoção *post mortem* é aquela que visa expressar o reconhecimento do Comandante Geral da PMES ao militar falecido no cumprimento do dever ou em consequência disto.

58. Quanto ao cargo policial militar previsto na Lei Estadual nº 3.196/78, está correto o que se afirma em:

- A) O provimento de cargo policial militar se faz por ato de nomeação, de designação, de matrícula, de contratação ou determinação expressa de autoridade competente.
- B) As obrigações inerentes ao cargo policial militar correspondem a um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que se constituem em obrigações do respectivo titular.
- C) Cada cargo policial militar deve ser compatível com o correspondente grau hierárquico e suas funções definidas em legislação federal específica.
- D) Consideram-se também vagos os cargos policiais militares cujos ocupantes tenham falecido, tenham sido considerados extraviados ou tenham sido considerados desertores.
- E) O cargo policial militar é o que se encontra especificado nos Quadros de Organização do Exército Brasileiro ou previsto, caracterizado ou definido como tal em outras disposições legais.

59. O Estatuto da PMES prevê que as recompensas constituem reconhecimento dos bons serviços prestados pelos militares estaduais. Considerando o disposto sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- A) As dispensas de serviço são autorizações concedidas aos policiais militares para afastamento parcial do serviço em caráter temporário.
- B) As dispensas de serviços serão concedidas sem a remuneração integral e não computadas como tempo de efetivo serviço.
- C) As recompensas serão concedidas de acordo com as normas estabelecidas no Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais.
- D) São recompensas a Medalha de Honra ao Mérito, as dispensas do pernoite e os elogios.
- E) As dispensas de serviço podem ser concedidas aos militares estaduais para desconto em férias e em decorrência de prescrição médica.

60. De acordo com o prescrito e regulado na Lei Estadual nº 3.196/78, o Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais (CEDME) terá por finalidade definir, especificar e classificar as infrações disciplinares e instituir normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como estabelecer os processos e procedimentos administrativos disciplinares e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares. Ainda, o CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

- A) A probidade e a lealdade em todas as circunstâncias, bem como a disciplina e o respeito à hierarquia.
- B) De impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens e das regras do serviço.
- C) Praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação, bem como ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada e abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa relativa à Segurança Nacional.
- D) Amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal e exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo.
- E) Dignidade da pessoa humana, contraditório e ampla defesa e vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

61. Quanto à Comissão de Promoção de Praças – CPP definida na Lei Complementar nº 911/19, assinale a alternativa correta:

- A) Ao Presidente da CPP incumbe, particularmente, fixar as datas das reuniões ordinárias e convocar as extraordinárias e preparar toda a correspondência da CPP e submetê-la a despacho do Comandante Geral ou à assinatura dos seus membros.
- B) Ao Secretário da CPP compete secretariar as sessões, lavrando atas de todos os trabalhos realizados e controlar a escala de distribuição de processos.
- C) Aos membros da CPP compete tomar parte nas sessões, proferindo voto sobre a matéria discutida, relatar os processos distribuídos e praticar os demais atos administrativos decorrentes de sua função.
- D) Compete à Comissão de Promoções de Praças designar, por escala, os relatores de processos, na ordem inversa da antiguidade, excluindo daquela o Secretário da CPP e tomar as medidas necessárias para o preparo e estudo das promoções das Praças.
- E) Ao Secretário da CPP compete estudar e emitir pareceres sobre os processos relativos às promoções de Praças na atividade e elaborar os formulários necessários para o atendimento dos dispositivos previstos nesta Lei Complementar.

62. Quanto aos órgãos de Direção Setorial da PMES, na forma do previsto e regulado pelo Decreto nº 4070-R/2017, está correto o que se afirma em:

- A) À Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária (DDHPC) compete a gestão do efetivo da corporação, através do planejamento, direção, organização e controle das atividades relacionadas ao ingresso, identificação, classificação e movimentação, cadastros e avaliações, promoções de carreira, direitos, deveres e incentivos, acompanhamento e controle de inativos e pensionistas, bem como garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.
- B) À Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) compete a gestão de tecnologia da informação e comunicação da corporação através do planejamento, direção, organização e controle das atividades de armazenamento e promoção do desenvolvimento de sistemas, infraestrutura e segurança do parque de informática, tecnologias de comunicação da PMES, bem como garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.
- C) À Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária (DDHPC) compete promover, através do planejamento, direção, organização e controle, os assuntos relacionados à comunicação social interna e externa, às relações públicas, ao cerimonial, à promoção institucional da corporação e do Corpo Musical, bem como garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.
- D) À Diretoria de Recursos Humanos compete a gestão de logística da corporação através do planejamento, direção, organização e controle da aquisição, armazenamento e manutenção dos materiais, equipamentos, armamentos, munições, bens móveis e imóveis, obras e instalações patrimoniais, convênios e contratos administrativos da PMES, bem como garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.
- E) À Diretoria de Apoio Logístico (DAL) compete a gestão financeira e orçamentária da corporação através do planejamento, direção, organização e controle das atividades contábeis, orçamentárias e financeiras, bem como garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.

63. A Lei Estadual nº 2.701/72 considera em serviço no estrangeiro o policial militar em atividade fora do país, designado para desempenhar funções enquadradas em uma das missões seguintes:

- A) Instrutor, monitor, estagiário ou aluno de curso no estrangeiro.
- B) Participante de viagem de turismo.
- C) Encarregado de missões extraordinárias.
- D) Membro de delegação, comitiva ou representação técnica profissional ou esportiva desde que seja considerada de interesse do Estado.
- E) Policial militar designado para uma representação especial.

64. A Lei Estadual nº 3.196/78 regula a situação, as obrigações e os deveres, direitos e prerrogativas dos policiais militares da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Considerando o disposto e regulado no Estatuto, assinale a alternativa correta:

- A) Os policiais militares de carreira são os que, no desempenho obrigatório e permanente do serviço policial militar, têm vitaliciedade assegurada.
- B) O serviço policial militar é caracterizado por atividades continuadas e inteiramente devotadas às finalidades precípua da Polícia Militar, denominada atividade policial militar.
- C) A carreira policial militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica relacionados com a manutenção da ordem pública no Estado.
- D) A carreira policial militar é privativa do brasileiro nato, inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece às diversas sequências de graus hierárquicos.
- E) São equivalentes as expressões “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo”, “em serviço na ativa”, “em serviço”, “em atividade”, ou “em atividade policial militar” conferidas aos policiais militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade policial militar ou considerada de natureza policial militar na Polícia Militar, nas organizações policiais militares, bem como em outros órgãos governamentais, quando previsto em lei ou regulamento.

65. Quanto ao que dispõe o Decreto Estadual nº 4070-R/2017, está correto o que se afirma em:

- A) Os Comandos de Polícia Ostensiva são: Comando de Polícia Ostensiva da Grande Vitória, Comando de Polícia Ostensiva Norte, Comando de Polícia Ostensiva Sul, Comando de Polícia Ostensiva Leste, Comando de Polícia Ostensiva Oeste e Comando de Polícia Ostensiva Especializado.
- B) O Comando de Polícia Ostensiva Serrano (CPO Serrano) sediado no município de Linhares, tem como circunscrição os municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Ibraçu, Jaguaré, João Neiva, Linhares, Pedro Canário, Rio Bananal, São Mateus e Sooretama.
- C) As Unidades Operacionais (UOp) são responsáveis pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública, através do planejamento, direção, organização e controle das Unidades Operacionais no âmbito de suas circunscrições.
- D) Os Comandos de Polícia Ostensiva são: Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano, Comando de Polícia Ostensiva Norte, Comando de Polícia Ostensiva Sul, Comando de Polícia Ostensiva Noroeste, Comando de Polícia Ostensiva Serrano e Comando de Polícia Ostensiva Especializado.
- E) Os Comandos de Polícia Ostensiva (CPO) são subordinados aos respectivos Comandos de Polícia Ostensiva, responsáveis diretamente pela execução das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no âmbito de suas circunscrições.

66. Quanto ao que dispõe o Decreto Estadual nº 4070-R/2017, as Unidades Operacionais subordinadas ao Comando de Polícia Ostensiva Especializado (CPO Especializado) são:

- A) Regimento de Polícia Montada (RPMont): Unidade Operacional responsável pelas operações de choque montado e operações especiais com cavalos.
- B) Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA): Unidade Operacional responsável pelo policiamento ostensivo ambiental nas áreas urbanas.
- C) Companhia Especializada de Polícia de Guarda (Cia Esp P Gda): Unidade Operacional responsável pela guarda e vigilância da sede do Poder Executivo Estadual, da residência oficial e dos palácios, bem como pelo apoio às atividades da Secretaria da Casa Militar.
- D) Companhia Especializada de Polícia Militar Ambiental (Cia Esp Amb): Unidade Operacional responsável pelo policiamento ostensivo ambiental nas áreas rurais.
- E) Companhia Independente de Missões Especiais (CIMEsp): Unidade Operacional responsável pelas operações com cães.

67. Os policiais militares começam a contar tempo de serviço na Polícia Militar a partir da data de sua inclusão na Polícia Militar, matrícula em órgão de formação de policiais militares ou nomeação para o posto ou graduação na Polícia Militar. Sendo assim, conforme legislação sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) Tempo de serviço é a expressão que designa o tempo de serviço policial militar somado ao tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo policial militar concomitantemente a sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão na Polícia Militar.
- B) O tempo de serviço dos policiais militares beneficiados por anistia será contado como estabelecer o ato legal que a conceder.
- C) Anos de serviço é o espaço de tempo computado dia a dia entre a data de incorporação e a data limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.
- D) O tempo de serviço passado pelo policial militar no exercício de atividades decorrentes ou dependentes de operações de guerra será regulado pelo Governador do Estado.
- E) Quando, por motivo de força maior, oficialmente reconhecido (incêndio, inundação, naufrágio, sinistro aéreo e outras calamidades), faltarem dados para a contagem de tempo de serviço, caberá ao Governador do Estado arbitrar o tempo e ser computado, para cada caso particular, de acordo com os elementos disponíveis.

68. Conforme dispõe a Lei Estadual nº 3.196/78, licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao policial militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares. Tendo isso em mente, assinale a alternativa correta:

- A) A remuneração do policial militar, quando em qualquer das situações de licença, permanecerá inalterada.
- B) A interrupção da licença especial e da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer apenas em caso de mobilização e estado de guerra e em caso de decretação de estado de sítio.
- C) A interrupção de licença para tratamento de saúde de pessoa da família ou para cumprimento de pena disciplinar que importe em restrição da liberdade individual será regulada pela Constituição Federal.
- D) A licença pode ser especial, para tratar de interesse particular, para tratamento de saúde de pessoa da família e para tratamento de saúde própria.
- E) A licença pode ser total, parcial, especial e para tratamento de saúde.

69. Na forma do previsto e regulado pelo Decreto nº 4070-R/2017, as Unidades Operacionais subordinadas ao Comando de Polícia Ostensiva Sul (CPO Sul) são:

- A) Segundo Batalhão de Polícia Militar (2º BPM), Sétimo Batalhão de Polícia Militar (7º BPM), Segunda Companhia Independente de Polícia Militar (2ª Cia Ind PM) e Décima Terceira Companhia Independente de Polícia Militar (13ª Cia Ind PM).
- B) Segundo Batalhão de Polícia Militar (2º BPM), Oitavo Batalhão de Polícia Militar (8º BPM), Nono Batalhão de Polícia Militar (9º BPM) e Quarta Companhia Independente de Polícia Militar (4ª Cia Ind PM).
- C) Quinto Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar (11º BPM), Sexta Companhia Independente de Polícia Militar (6ª Cia Ind PM), Nona Companhia Independente de Polícia Militar (9ª Cia Ind PM) e Décima Companhia Independente de Polícia Militar (10ª Cia Ind PM).
- D) Primeiro Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), Quarto Batalhão de Polícia Militar (4º BPM), Sexto Batalhão de Polícia Militar (6º BPM) e Sétimo Batalhão de Polícia Militar (7º BPM).
- E) Terceiro Batalhão de Polícia Militar (3º BPM), Nono Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), Nona Companhia Independente de Polícia Militar (9ª Cia Ind PM) e Décima Companhia Independente de Polícia Militar (10ª Cia Ind PM).

70. Compete à PMES, dentre outras atribuições previstas na Lei Complementar nº 533/2009:

- A) Conceder férias, licenças ou afastamentos, exceto, os provenientes de dispensa médica, bem como decidir, respeitadas as instâncias administrativas e competências específicas, sobre a instauração e solução dos procedimentos e processos administrativos, bem como aplicar as medidas cabíveis, quando for o caso.
- B) Definir o emprego do efetivo sob sua subordinação, estabelecendo a carga horária dos militares estaduais para o cumprimento das atividades de sua competência e responsabilidade, de acordo com a legislação vigente e encaminhar a proposta orçamentária, bem como suas alterações, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas na legislação pertinente.
- C) Planejar, organizar, dirigir, supervisionar, coordenar, controlar e executar as ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, que devem ser desenvolvidas prioritariamente para assegurar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, o cumprimento da Lei e o exercício dos poderes constituídos e executar o policiamento ostensivo fardado, a fim de assegurar o cumprimento da Lei e a preservação da ordem pública.
- D) Atender à convocação do Governo Estadual, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao comando da região militar para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da defesa territorial.
- E) Exercer a polícia judiciária de trânsito nas vias terrestres abertas ao público, e nas rodovias estaduais e outras vias urbanas e rurais, quando assim se dispuser, nos termos de sua competência estabelecida nas Leis e Convênios.

CONHECIMENTO JURÍDICO

71. Quanto aos direitos individuais garantidos ao adolescente que pratique atos infracionais, assinale a alternativa correta:

- A) O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- B) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos, o que deve ser feito somente aos pais ou responsáveis.
- C) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.
- D) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- E) Todo adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

72. Quanto ao crime militar, na forma do que está previsto no Decreto-Lei Federal nº 1.001/69 (Código Penal Militar – CPM), assinale a alternativa correta:

- A) Quando o agente, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atinge uma pessoa em vez de outra, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir, teremos o Erro de Direito.
- B) Considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- C) Qualquer crime militar pode ser praticado de maneira culposa.
- D) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- E) Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado, pelo menos, dolosamente.

73. Na afirmação contida no art. 39 do Decreto-Lei Federal nº 1001/69 (Código Penal Militar – CPM): “Não é igualmente culpado quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa”, temos:

- A) Estado de necessidade legítimo.
- B) Estado de necessidade exculpante.
- C) Estado de necessidade impróprio.
- D) Estado de necessidade puro.
- E) Estado de necessidade justificante.

74. No concurso de pessoas relativo aos crimes militares (arts. 53 e 54 do Decreto-Lei Federal nº 1.001/69 – Código Penal Militar – CPM), está CORRETO o que se afirma em:

- A) A pena é majorada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- B) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação. Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.
- C) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Igualmente, se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, independentemente de serem elementares do crime.
- D) A pena é aumentada com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.
- E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser consumado.

75. Quanto à aplicação da lei penal militar, conforme se vê no Decreto-Lei Federal nº 1.001/69 (Código Penal Militar – CPM), assinale a alternativa correta:

- A) As infrações dos regulamentos disciplinares estão compreendidas nas disposições do CPM.
- B) Para efeito da aplicação da lei penal militar, será considerado comandante o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
- C) O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.
- D) Considera-se assemelhado o servidor, efetivo ou não, do Ministério de Estado da Defesa, submetido a preceito de disciplina militar, em virtude de lei ou regulamento.
- E) O termo militar compreende os juizes, os representantes do Ministério Público, os funcionários e auxiliares da Justiça Militar.

76. No Código Penal a imputabilidade penal não será excluída:

- A) Pela emoção ou a paixão.
- B) Pela embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C) Pela anistia, graça ou indulto.
- D) Pela legítima defesa.
- E) Pela pena de morte.

77. Quanto às penas principais previstas no Decreto-Lei Federal nº 1.001/69 (Código Penal Militar – CPM), assinale a alternativa correta:

- A) O assemelhado cumpre a pena conforme a graduação que lhe é correspondente.
- B) A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de cinco dias após a comunicação.
- C) Para efeito de separação, no cumprimento da pena de prisão, atender-se-á, também, à condição das praças especiais e à das graduadas, ou não; e, dentre as graduadas, à das que tenham graduação de sargentos.
- D) O civil cumpre a pena aplicada pela Justiça Militar, em estabelecimento prisional militar, ficando ele sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar.
- E) A pena privativa da liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar.

78. Segundo a Lei Federal nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

- A) Pelo Ministério Público.
- B) Pelo delegado de polícia, quando o Município for sede de comarca.
- C) Pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- D) Pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- E) O juiz será comunicado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.

79. O Código de Trânsito Brasileiro afirma que os sinais de trânsito se classificam em:

- A) laterais e perpendiculares.
- B) de advertência e regulamentação.
- C) gestos do agente de trânsito, do condutor e dispositivos de sinalização auxiliar.
- D) de estacionamento e parada.
- E) visuais e auditivos.

80. A Lei Federal nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Com base nisso, assinale a alternativa correta quanto às formas de violência:

- A) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- B) A violência física entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- C) A violência moral entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- D) A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- E) A violência patrimonial entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

81. Conforme prevê a Lei Federal nº 10.826/03, batizada de Estatuto do Desarmamento, é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

- A) Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, ainda que fora de serviço.
- B) Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).
- C) Os integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Estadual e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, bem como os ocupantes de cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.
- D) Os integrantes das Forças Armadas, que forem oficiais.
- E) Os integrantes das escoltas de presos e das guardas aeroportuárias.

82. Quantos os procedimentos contidos na Lei Federal nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta:

- A) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- B) Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso mesmo quando conflitarem com o estabelecido na Lei Maria da Penha.
- C) O juiz tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- D) Inclui-se na competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.
- E) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, será admitida a renúncia à representação em qualquer momento.

83. Quanto às normas gerais de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro, está **incorreto** o que se afirma em:

- A) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.
- B) O condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.
- C) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela.
- D) A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
- E) Quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação em sentidos opostos, são as da direita destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da esquerda, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade.

84. De acordo com a legislação processual penal vigente, quanto às medidas cautelares, assinale a alternativa correta:

- A) São medidas cautelares diversas da prisão, somente o comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades e a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.
- B) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar em qualquer hipótese.
- C) A autoridade judiciária somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- D) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia da semana e somente durante do dia, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- E) Considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la, dentre outras situações.

85. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Sendo assim, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- B) Incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, Territórios Federais ou Municípios.
- C) Emitir fé aos documentos públicos.
- D) Criar distinções entre cidadãos ou preferências entre si.
- E) Autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico e emitir moeda.

86. No Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40), configura o crime de furto qualificado (Art. 155, §4º) o crime cometido:

- A) Contra as instituições militares.
- B) Por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.
- C) Se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- D) Contra idoso ou vulnerável.
- E) Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

87. No Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40), assinale a alternativa que configura uma situação aplicável ao crime de homicídio (art. 121):

- A) Aumento de 2/3 na pena quando praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.
- B) Pena de 12 a 30 anos de reclusão por agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo.
- C) No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
- D) Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial que, da negativa de atendimento resulta lesão corporal de natureza grave ou morte.
- E) Aumento de pena de 1/6 para o homicídio que decorra de expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina, que resulte lesão corporal de natureza grave ou morte.

88. Quanto às causas de extinção de punibilidade existentes no Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40), assinale a alternativa correta:

- A) Extingue-se a punibilidade pela morte da vítima, pela anistia, graça, fiança ou indulto e pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- B) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- C) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, cumulativamente.
- D) O perdão judicial só pode ser concedido nos crimes em que somente se procede mediante queixa e não obsta ao prosseguimento da ação.
- E) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pelo dobro da pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no Código Penal, os quais se aumentam da metade, se o condenado é reincidente.

89. A Lei Federal nº 11.343/06 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Levando isso em consideração, o art. 33 da citada lei traz que o tráfico de drogas se configura quando o infrator importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Assinale a forma que configura o tráfico de drogas privilegiado:

- A) Quando praticado mediante oferecimento de droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
- B) Quando praticado por agente que semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas.
- C) Quando praticado por agente que vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente
- D) Quando praticado por agente que seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- E) Quando praticado por agente que utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

90. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Diante do texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- A) Cada legislatura terá a duração de oito anos.
- B) Cada Senador será eleito com um suplente.
- C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- D) Cada Território elegerá três Deputados.
- E) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

91. Por força da Constituição Federal, não haverá penas:

- A) de morte.
- B) privativas de liberdade e restritivas de direito.
- C) de trabalhos forçados e de banimento.
- D) de impedimento e perda da função pública.
- E) de prisão simples e multa.

92. A Lei Federal nº 8.069/90, também chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- A) Inserção em regime de semiliberdade.
- B) Internação em estabelecimento psiquiátrico.
- C) Impedimento.
- D) Prisão simples e multa.
- E) Detenção ou reclusão.

93. Considerando a legislação vigente e aplicável aos crimes de tortura (Lei Federal nº 9.455/97), assinale a alternativa correta:

- A) Aumenta-se a pena de um terço até a metade do crime de tortura cometido por agente público.
- B) A tortura será qualificada quanto praticada em decorrência de sequestro.
- C) A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- D) Caberá ao juiz de direito a definição do regime inicial de cumprimento da pena.
- E) O crime de tortura é inafiançável e suscetível de graça ou anistia.

94. Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, **exceto**:

- A) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.
- B) quando praticado em razão de discriminação racial ou sexual.
- C) submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental.
- D) que resulte em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.
- E) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

95. O Presidente da República pode, ouvidos o _____ e o Conselho de Defesa Nacional, decretar _____ para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a _____ ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza:

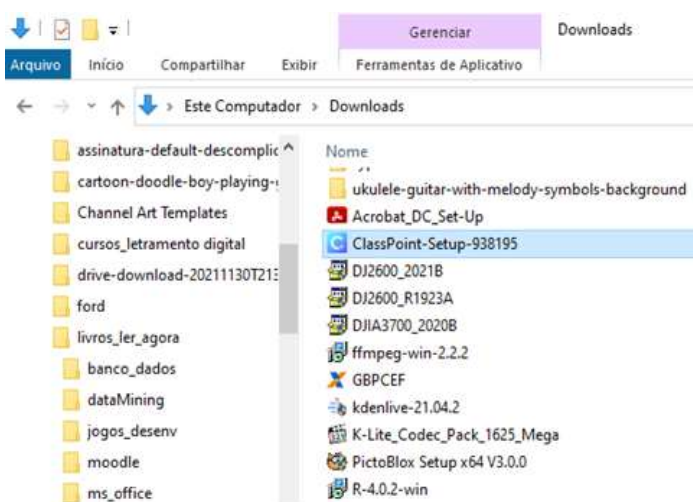
- A) Congresso Nacional – Estado de Defesa – Segurança Pública.
- B) Senado Federal – Estado de Sítio – Segurança Pública.
- C) Superior Tribunal Federal – Estado de Sítio – Ordem Pública.
- D) Conselho da República – Estado de Defesa – Ordem Pública.
- E) Congresso Nacional – Estado de Defesa – Segurança Pública.

INFORMÁTICA BÁSICA

96. As fontes e tamanho de letras utilizadas em um documento de texto, dão ao usuário múltiplas possibilidades para elaborar diferentes documentos, desde os mais formais, como uma monografia, por exemplo, até um cartaz para um simples evento, vai depender apenas da aplicação do documento e criatividade de quem está manuseando e formatando. Sobre as fontes utilizadas no Microsoft Word 2010, assinale a alternativa correta:

- A) São todas instaladas quando da instalação inicial do programa.
- B) Algumas são representações de símbolos diversos, não sendo letras propriamente.
- C) São dois os estilos que podem ser aplicados por vez: negrito e itálico.
- D) É impossível aplicar tabela no *Microsoft Word 2010*.
- E) A fonte “Calibri Light” não aceita o efeito “itálico”.

97. Observe a imagem a seguir:



Na imagem, o arquivo “ClassPoint-Setup-938195” está selecionado. Para copiá-lo para a pasta “ford” no painel a esquerda usando o movimento do mouse, qual a tecla no teclado do computador que deve estar pressionada enquanto arrastamos o arquivo para a pasta “ford” isso no sistema operacional Windows?

- A) SHIFT
- B) ALT
- C) TAB
- D) CONTROL
- E) ALT GR

98. Muitos sistemas operacionais atuais estão trazendo seus “assistentes pessoais”, cuja principal função é auxiliar os usuários em suas diversas tarefas a serem executadas pelo sistema. Nas opções abaixo, assinale o item que apresenta o nome correto para o assistente pessoal do Windows 10:

- A) Cortana
- B) Siri
- C) Bixby
- D) Alexa
- E) Luísa

99. A “Lixeira” é um aplicativo do Windows que está presente em todas as suas versões. A sua função é armazenar por um tempo extra os arquivos que são apagados do sistema pelo usuário. Assinale abaixo a opção correta quanto a “Lixeira”:

- A) A lixeira pode ser removida do sistema operacional ou mesmo nem ser instalada.
- B) Os arquivos que são enviados para a lixeira não ocupam espaço em seu disco rígido.
- C) Os arquivos podem ser recuperados da lixeira enquanto lá estiverem.
- D) O seu tamanho (capacidade em bytes) é não pode ser alterado.
- E) Arquivos de vídeo não são enviados para a lixeira quando apagados.

100. O manuseio de arquivos no ambiente Windows, presente em todas as versões do sistema operacional, que permite a criação de pastas de arquivos é denominada de:

- A) Internet Explorer
- B) Lixeira
- C) Painel de Controle
- D) Botão Iniciar
- E) Windows Explorer